



Dilson Funaro quer beneficiar "1/5 da população distante do bem-estar, fora do mercado de consumo"

Funaro defende necessidade de poupar

Brasília — "Não existe crescimento econômico sem um mínimo de poupança", justificou o ministro da Fazenda, Dilson Funaro, ao anunciar o conjunto de medidas destinadas a conter o excesso de demanda, durante entrevista de uma hora e cinco minutos no Palácio do Planalto. Para o ministro Funaro, o país melhorou após a adoção do Plano Cruzado "mas podemos melhorá-lo ainda mais, pois, pelo menos um quinto da população continua marginalizado, distante do bem-estar, fora do mercado do consumo", disse.

Os empréstimos compulsórios sobre o álcool e a gasolina, de acordo com as explicações do ministro, irão permitir ao governo realizar investimentos capazes de promover o bem-estar da população brasileira. "Apenas a euforia não constrói um nação", argumentou Funaro. O empréstimo compulsório, segundo insistiu o ministro durante toda a entrevista, não significou o fim do congelamento dos preços, mas "apenas uma poupança compulsória que a população fará em prol do soerguimento da economia brasileira".

Sobre o mercado financeiro:

"O objetivo maior foi reduzir as taxas de juros, através da mudança do perfil da dívida pública interna. O atual perfil da dívida interna é extremamente restrito, pois pelo menos 75% do total — Cz\$ 380 bilhões são rolados a cada 60 dias, pressionando as taxas de juros internas. Isso é quase moeda. Em função disso, estamos aumentando a alíquota do imposto de renda de 12 para 40% no caso dos títulos negociados em até 60 dias. Os títulos com prazos de vencimento a partir de 90 dias não terão incidência do imposto de renda. Tal mecanismo vai permitir uma redução significativa no serviço da dívida interna de curtíssimo prazo, algo próximo a Cz\$ 14 bilhões. Estas modificações indicam que as aplicações de curtíssimo prazo terão um imposto de renda muito pesado. Nós havíamos adotado um esquema semelhante na reforma fiscal de novembro de 1985 num mercado indexado, mas agora estamos adaptando essas me-

didadas para o mercado financeiro com a estabilidade da moeda obtida após a deflagração do Plano Cruzado.

Sobre a nova poupança:

O decreto-lei assinado ontem pelo presidente Sarney permite a criação de uma nova caderneta de poupança, provavelmente com o mesmo ganho da atual, mas sem vinculação ao Índice de Preços ao Consumidor (IPC), que mede a inflação. Nos próximos dez ou 15 dias, provavelmente, estaremos anunciando a caderneta de poupança desindexada com juros flutuantes. Isso significa que nós estamos cada vez mais nos afastando da indexação e esperamos que a população consiga realmente verificar o ganho das duas e tenha opção por uma delas no momento oportuno. Ainda no mercado financeiro, reduzimos a zero todas as alíquotas do imposto de renda, isso porque os títulos serão colocados num nível extremamente baixo. Eles serão colocados no mercado isentos do pagamento do imposto".

Sobre o Fundo Nacional de Desenvolvimento

"Este fundo pretende arrecadar cerca de 2% do Produto Interno Bruto (PIB). Está vedada a sua utilização para cobrir o déficit público ou outras despesas de custeio do governo federal. Sua finalidade é financiar o setor privado ou empresas estatais, ou seja, o fundo servirá para capitalizar tanto empresas públicas como privadas naqueles setores carentes da economia brasileira. O fundo será formado pelos recursos a serem obtidos com os empréstimos compulsórios sobre a gasolina e o álcool, pelo imposto aplicado à compra de dólares e na compra de passagens para o exterior, além da obrigatoriedade estabelecida aos fundos de aposentadoria das empresas públicas de aplicarem, pelo menos, um terço de seus recursos no fundo".

Sobre os empréstimos compulsórios

— O empréstimo compulsório de 28% no preço do litro de álcool e

de gasolina é muito diferente dos aumentos efetuados anteriormente porque significavam reajuste nos preços de todos os produtos combustíveis, incluindo óleo diesel e óleo combustível. Nesse momento isso não existe. Só atinge gasolina e álcool para veículos de passageiros. As tarifas de táxi, portanto, sofrerão um aumento, mas sabemos que isso pesa muito pouco no IPC, apenas zero vírgula alguma coisa. O óleo diesel não sofreu nenhum reajuste de preço, portanto, não há nenhuma justificativa para existir inflação.

Os senhores têm o teipe daquela entrevista quando o Plano Cruzado foi anunciado, em fevereiro. Eu e o ministro Sayad anunciamos aqui, naquele dia, que ia haver um reajuste de 20% no preço da gasolina e do álcool. Além disso, anunciamos também um reajuste de 30% para o preço do leite especial, com 3,2% de gordura. Em função disso, nós demos um aumento real de salário de 8%, além de outros 15% para o salário mínimo. Na verdade, nós acabamos não fazendo nem um nem outro aumento de preço. O problema do leite, nós resolvemos com a concessão de subsídios ao produtor. Assim, o assalariado não perderá seu poder de compra, pois os aumentos do leite, do álcool e da gasolina haviam sido computados no reajuste de salário aplicado em 1º de março, quando do anúncio do Plano Cruzado."

Sobre as causas do pacote

"Havia realmente uma exacerbação do consumo em face do aumento do poder real de compra do assalariado brasileiro pós-cruzado. Os gastos com viagens ao exterior, por exemplo, que, em 1985, haviam sido de 400 milhões de dólares, devem atingir 1 bilhão de dólares, ao final de 1986. Outra constatação: os pedidos de vistos de saída, que antes do cruzado estavam em torno de 150/200 por dia, passaram para 800, criando enormes filas junto aos consulados e embaixadas. Estive com os

presidentes de cada uma das fábricas de automóveis e eles me disseram que todas as montadoras juntas só podem aumentar a produção, dentro de dois anos, ao nível de 7%. E olhe que a demanda cresceu 35% em 1986, comparada com os números de 1985. Existe ainda uma outra informação interessante, num segmento não essencial da economia, o caso das bebidas. A produção de cervejas apresentou um incremento, nos últimos meses do cruzado, de 55%. Mesmo assim havia escassez do produto e reclamações dos consumidores. Além disso, o consumo de gasolina e álcool subiu acima dos limites toleráveis."

Sobre a devolução do empréstimo do álcool e gasolina

— Quando o proprietário do veículo for emplacar seu carro, ele receberá junto um certificado anual mostrando o montante dos bônus que ele terá direito de resgatar ao final de 1989, acrescido dos juros equivalentes aos da caderneta de poupança, hoje de 6% ao ano. A devolução será feita com base na média obtida entre a divisão do número de automóveis existentes no país pelo total de litros consumidos. Se o proprietário do carro não concordar com o valor recebido, por ter consumido mais, ele pode recorrer ao governo, desde que apresente os comprovantes dos gastos à autoridade de competente, estadual ou federal.

Sobre as alíquotas dos empréstimos compulsórios

"Estabelecemos o empréstimo compulsório de 28% para o álcool e a gasolina, fixamos um compulsório de 30% para compra de automóveis novos, até um ano de uso, 20% até dois anos, e de dois a quatro anos, 10%. Acima de quatro anos não existe o empréstimo. Nas viagens internacionais, estabelecemos um imposto de 25%, e outra alíquota equivalente no caso da compra de dólares.